

Gestação na infância e na adolescência de pessoas em situação de vulnerabilidade social

Pregnancy in childhood and adolescence of people in social vulnerability situation

Anderson Asscherer , **Giovanna Montoni** , **Julia Beira Pinheiro** , **Melissa Sarilho Faustino Tenneriello** , **Mariane Cristina da Costa Lima** , **Paloma Arcas Farré** 

Departamento de Enfermagem, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, São Paulo, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: giovanna.montoni1511@gmail.com

Resumo: Introdução: A gravidez na infância e na adolescência ocorre com maior frequência em meninas que passam por situações de vulnerabilidades sociais, como: baixa renda, acesso escolar fragilizado, condições precárias de moradia e baixo acesso a serviços de saúde. Nesse contexto, sabe-se que uma gravidez precoce acarreta diversos riscos tanto para a saúde da mãe, como na do bebê. Os números de casos são muito altos, classificando-o como um problema de saúde pública e que necessita ser estudado. Revisão: O objetivo do artigo foi de melhorar a compreensão e entendimento sobre a gestação na infância e na adolescência de meninas em situações de vulnerabilidades sociais. A execução desse artigo foi por meio de revisão de literatura, onde as bases de dados utilizadas foram por meio de artigos científicos e programas de organizações da saúde. Discussão: Foram utilizadas 21 referências para o estudo, sendo onze artigos científicos, sete publicações de organizações governamentais de saúde e três sites informativos sobre o assunto. Considerações Finais: Através da pesquisa, conclui-se que as vulnerabilidades sociais estão intimamente ligadas com a gestação na infância e na adolescência, precisando ser enfrentadas e solucionadas para que esse problema de saúde pública diminua. Porém, por mais que existam programas preventivos para a gravidez precoce, os números se mantêm altos, caracterizando uma baixa eficiência dos mesmos.

Palavras-chaves: adolescência, gravidez, infância, vulnerabilidades.

Abstract: Introduction: Pregnancy in childhood and adolescence occurs more frequently in girls who go through situations of social vulnerability, such as low income, fragile school access, precarious housing conditions and low access to health services. In this context, it is known that an early pregnancy entails several risks for both mother's and baby's health. The numbers of cases are very high, classifying it as a public health problem, which needs to be studied. Review: The goal of the article was to improve the understanding of pregnancy in childhood and adolescence of girls in social vulnerability situations. The execution was made through scientific articles and programs of health organizations. Discussion: Twenty references were used for the study. Being eleven scientific articles, seven publications from governmental health organizations and two informative websites on the subject. Final considerations: Through the research, the conclusion was that social vulnerabilities are closely linked with pregnancy in childhood and adolescence, and need to be faced and resolved so that this public health problem can be reduced. However, as much as there are preventive programs for early pregnancy, the numbers remain high, characterizing their low efficiency.

Keywords: adolescence, pregnancy, childhood, vulnerabilities.

Introdução

A gestação é um período em que ocorre a formação de um novo ser, onde dura em média 40 semanas, podendo variar de gestação para gestação. Durante esse espaço de tempo, ocorrem diversas mudanças na vida e no corpo da mulher que está passando pela gravidez, tais como mudanças biológicas, fisiológicas, psicológicas e sociais, “afetando” não apenas a vida pessoal, mas também de todos os que a acompanham. Nesse cenário, sabe-se que só é possível engravidar quando a menina passa pela sua menarca, ou seja, sua primeira menstruação, sendo um indicativo da sua maturação sexual, onde a partir dela a mesma se torna fértil, podendo gerar uma vida (Coutinho, 2014).

A menarca ocorre habitualmente entre dois a três anos posteriores ao início da puberdade, o que comumente ocorre entre a faixa etária de 12 a 13 anos. Porém, a idade em que a maturação sexual ocorre pode sofrer

variações por fatores genéticos e/ou ambientais, podendo acontecer de forma precoce ou tardia. Com isso, meninas que já tenham passado pela sua menarca e que possuem uma vida sexual ativa podem desenvolver uma gestação precoce, que habitualmente acaba acarretando diversos riscos tanto para a mãe quanto para o bebê por conta da imaturidade física e psicológica da criança ou adolescente (Barros et al., 2019).

Conforme estudo realizado pela Organização Pan-Americana de Saúde em conjunto com o Fundo das Nações Unidas para a Infância em 2018, a gravidez na adolescência ocorre com maior frequência entre meninas que possuem baixa renda, acesso escolar fragilizado, pouco acesso a serviços públicos e as que se encontram em vulnerabilidades sociais (Ministério da Saúde, 2020a).

De acordo com a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS, 2020), no Brasil a taxa de gestação na infância e na adolescência é alta, com cerca de 400 mil casos por ano. Esses números são expressivos e necessitam de uma maior atenção para que ações e medidas sejam tomadas a fim de melhorar o acesso à educação em saúde que consequentemente resultaria em uma redução no número de casos de gravidez precoce.

Revisão

A palavra vulnerabilidade faz referência à uma ideia de dependência, fragilidade, situação de risco e minoria, que está associado a situação de muitas crianças e adolescentes nos dias atuais, principalmente os que se encontram numa classe de baixo valor aquisitivo. Na maioria das vezes esse estado de vulnerabilidade pode influenciar negativamente a saúde dessas jovens, no caso da ausência de saúde, abalo psicológico, social ou mental (Fonseca et al., 2013).

A situação de vulnerabilidade social está atrelada a exclusão de cidadãos e com a falta de acolhimento, representatividade e atenção por parte de serviços públicos. Vale ressaltar que o conceito de vulnerabilidade é multifatorial, sendo assim, pode ocorrer por questões socioeconômicas, local de moradia, escolaridade, saúde, assim como outras questões. O conceito de vulnerabilidade não está ligado a um sinônimo de pobreza, pois refere-se à situação de fragilidade e suscetibilidade de um determinado grupo ou indivíduo, no caso desse estudo, das crianças e dos adolescentes que podem envolver questões históricas, socioeconômicas ou até mesmo de etnia e raça (Santos, 2020).

No Brasil, atualmente as principais questões que compõem as vulnerabilidades sociais presentes na vida das crianças e dos adolescentes são: os problemas relacionados a alcoolismo, tabagismo, drogas, conflitos familiares, condição financeira que em sua grande maioria é baixa e local de moradia onde a maior parte se encontra na periferia. Além desses fatores, existe uma questão que por mais que não pareça, ainda se encontra muito forte no momento atual, que é a situação do trabalho infantil e da exploração de menores. Consequentemente, esses fatores estão ligados ao comportamento e personalidade que essas jovens terão em seu futuro como adultas, podendo torná-las mais vulneráveis ao risco de envolvimento com as drogas, desenvolver uma gravidez precoce e realizar a prática de roubo. Acredita-se que essas jovens poderão possuir um favorecimento genético para dependência química e vulnerabilidade psicofisiológica ao efeito de drogas, tendendo a ter as mesmas atitudes que sofrerão quando pequenas (Fonseca et al., 2013).

De acordo com a Revista Residência Pediátrica, estudos apontam que a estrutura familiar da criança e da adolescente tem grande influência para a gravidez nessa fase da vida. As famílias desestruturadas, nas quais ocorre violência, negligência, falta de comunicação e diálogo, podem gerar dificuldades de relação para essas jovens. Dessa forma, o contexto familiar pode influenciar no comportamento das jovens, sendo que o papel da família nesse momento é muito importante (Picanço, 2015).

Dados do IBGE/Censo Demográfico (2010) apontam que a proporção de adolescentes e jovens mulheres brasileiras entre 15 e 19 anos que não estão inseridas no mercado de trabalho ou na escola é maior entre as que já tiveram filhos, em relação às que nunca foram mães.

A gravidez na infância e na adolescência cria um impacto entre relação da educação e situação financeira. O relacionamento pessoal entre familiares, amigos e profissionais da educação em alguns casos acaba gerando uma certa pressão e preconceito a partir desses fatores fazem a jovem abandonar os estudos durante a gravidez ou após o nascimento do filho. Segundo o estudo de Ana Cristina Garcia Dias e Marco Antônio Pereira Teixeira (2010), onde abordam dados gerados pela UNESCO e Ministério da Saúde, cerca de 25% continuam os estudos na gestação, mas somente 2% frequentam a escola após o nascimento.

A descontinuidade da aprendizagem afeta diretamente suas qualificações e reduz suas chances de competir no mercado de trabalho, onde são cada vez mais exigentes. Em seguida, opte por empregos informais ou compatíveis com a falta de qualificação, portanto, com baixa remuneração e sem outros benefícios, como seguro saúde (complicando a vida de mães e bebês). De acordo com estudo realizado por Caio Albuquerque através da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), da USP (2019), a

renda das gestantes precoces é, em média, 30% menor do que a das mulheres que dão à luz após os 20 anos. Além disso, o fato de ela estar grávida a maior parte do tempo é um dos motivos pelos quais a empresa não a contrata, pois ela entrará em licença-maternidade em alguns meses, o que aumenta o desemprego e a dependência financeira dessas jovens.

Segundo o Ministério da Saúde, 66% das gestações na adolescência são indesejadas, indicando que elas ocorrem em condições como desinformação e falta de apoio da família e da rede comunitária (Ministério da Saúde, 2020b) A gravidez de adolescentes com menos de 15 anos é considerada uma gravidez de risco, pois o corpo da menina ainda está em estágio de desenvolvimento, mas uma vez grávida, poderá trazer graves consequências para a mãe e para o feto, como parto prematuro, bebês e crianças com baixo peso ao nascer, epilepsia, anemia, aborto espontâneo e complicações no parto podendo levá-lo à morte no primeiro ano de vida. A taxa de mortalidade infantil de crianças nascidas de mães adolescentes é 2 a 3 vezes maior que a de mães adultas, e a incidência de síndrome de morte súbita neste grupo aumenta 6 vezes. O desconhecimento e a falta de acesso a métodos contraceptivos e a informações adequadas para a realização do planejamento reprodutivo impactam diretamente nos números elevados de gravidez na infância e na adolescência.

Uma pesquisa realizada pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da USP (2016) e documentada através do Jornal da USP, através de Stella Arengheri demonstra que essas meninas que passam pela gravidez precoce tem uma maior propensão a ter depressão pós-parto e complicações psicológicas, como o medo de serem rejeitadas socialmente, criticadas pelas pessoas ao seu redor e isoladas no âmbito familiar. Por vezes, quando ocorre uma gravidez indesejada, pode desenvolver um processo de rejeição do bebê por parte da mãe, gerando um sentimento de culpa, problemas com a família e até mesmo abandono da criança. O uso de drogas e a depressão materna é muito comum e eles são fatores que acabam dificultando a formação do vínculo materno, acarretando falta de estímulos à criança e falta de cuidados pós-natais.

Por vezes, a gravidez na adolescência é normalmente vista pela sociedade como algo negativo, sendo uma experiência indesejada e algo não planejado onde a jovem “estragou seu futuro”, pois é uma situação que pode desencadear o abandono dos estudos, geração de conflitos familiares e aumento da discriminação social. Porém, estudos apontam que muitas adolescentes podem deduzir a maternidade como uma oportunidade de realizar um projeto de vida e de reconhecimento social e não como algo negativo. Dessa forma, há uma necessidade de dialogar com as jovens para compreender melhor os significados e as complicações que a maternidade pode trazer nessa fase da vida.

Em uma pesquisa realizada no Piauí por meio de entrevistas de adolescentes nas Unidades Básicas de Saúde (2016), relata que quando a jovem descobre estar grávida na maioria das vezes ela tenta buscar um conforto e apoio nas pessoas a sua volta, como membros da família, amigos e companheiro, porém nem sempre essas pessoas dão o suporte necessário para essas meninas, tendo em vista que alguns pais ao descobrirem a gravidez das filhas são os principais responsáveis por agressões tanto por meios físicos, como também por meios psicológicos através de julgamentos e humilhações, levando as agressões verbais e até a imposição do abortamento, podendo até mesmo levar a jovem a sair de casa devido ao medo das agressões físicas.

A discriminação dessas jovens perante a sociedade também foi abordada nessa pesquisa, onde essa atitude discriminatória vem acompanhada de inúmeros julgamentos devido a sua idade, atitudes essas que são exercidas pela a sociedade e por profissionais da saúde durante todo o processo da maternidade até o momento do parto. Assim, o não apoio e a rejeição da gravidez por pessoas ao redor da jovem em que a mesma tem uma maior confiança e busca nelas um conforto, podem leva-la ao isolamento e também ao desenvolvimento de transtornos psicológicos devido ao alvo de críticas e constantes pressões, tornando a gravidez uma experiência traumática. No entanto, é de extrema importância oferecer um suporte e um apoio emocional para essa jovem para que se sintam bem e segura, tornando a gravidez e o puerpério mais tranquilos.

Mediante a uma gravidez precoce, é de extrema importância o acompanhamento médico desde o início da mesma, por conta de todos os riscos envolvidos nessa fase, ou seja, o pré-natal. Nele, consultas mensais são realizadas a fim de fornecer a assistência necessária durante todo o período da gestação, sempre acolhendo essa jovem nas mudanças físicas, hormonais e emocionais que acontecerão no corpo dela durante esse processo. Essas consultas, além de fornecer atenção básica e primária também têm papel fundamental na detecção precoce de patologias e possíveis problemas tanto na saúde da mãe como na do bebê, através de exames complementares e de rotina, além da aplicação de vacinas do calendário vacinal da gestante, reduzindo assim os riscos potenciais à saúde da gestante e propiciar um desenvolvimento saudável ao bebê. Mas, estamos nos referindo as crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidades, o cenário geral que os cerca é repleto de desinformação e baixa educação em saúde, o que gera essa péssima relação quanto à cuidados médicos por parte das jovens e dos familiares, contribuindo então para uma gravidez ainda mais fragilizada pelo baixo acesso a serviços de saúde.

Diante dos fatos citados anteriormente, a gestação na adolescência em grande maioria, é resultado da falta de conhecimentos sobre sua saúde, as consequências após uma gravidez e o acesso limitado aos métodos contraceptivos. Segundo o Ministério da Saúde, 66% das gestações em menores de 19 anos não são intencionais, ou seja, a cada 10 adolescentes que engravidam, 7 são gestantes por falta de opção (Ministério da Saúde, 2020).

Embora não exista uma política pública individualizada para a gravidez na adolescência, há estratégias para conscientizar jovens sobre esse agravo. A ESF (Estratégia de Saúde da Família) tem um papel fundamental na promoção de ações para adolescentes e seus responsáveis sobre métodos contraceptivos, riscos de gravidez precoce e indesejada, elucidar aos familiares sobre a importância de ter um diálogo acolhedor, sem julgamentos e tabus. As ações são campanhas ou atendimentos que abrange aspectos físicos, psicológicos e sociais.

De acordo com a Lei Nº 13.798 03 de janeiro de 2019, Art. 8º ao Estatuto da Criança e do Adolescente, foi instituída pelo Governo Federal a Semana Nacional de Prevenção à Gravidez na Adolescência, em que as entidades deverão elaborar ações com o objetivo de divulgar informações preventivas e educativas que contribuem com a diminuição da gravidez nessa faixa etária. Mas infelizmente essas ações não são a solução, pois uma pesquisa da BEMFAM revelou que 90% dos jovens de 13 a 19 anos tem conhecimentos sobre seu corpo, incluindo sobre a vida sexual e tem acesso a algum método contraceptivo, mas, ainda assim engravidam. Portanto, ficou evidente que além das informações educativas seria necessária uma construção na melhoria da autoestima dessas jovens, pois a insegurança e a falta de perspectiva para seu futuro são fatores de vulnerabilidade para a gravidez na criança e adolescência.

Em 1996, a Secretaria da Saúde de São Paulo elaborou a “Casa do Adolescente”, um serviço gratuito de atendimento multiprofissional que acolhe jovens entre 10 a 20 anos que tenham ou não iniciado sua vida sexual. Esse serviço é realizado por diversos profissionais, como enfermeiros, nutricionistas, pedagogos e psicólogos, que acolhem esses jovens e explicam de forma lúdica como se dá o processo da gravidez e métodos e formas de como evitar.

Conforme a Secretária de Atenção à Saúde, o governo possui alguns tipos de programas para ajudar a diminuir o crescimento da taxa de gravidez na infância e na adolescência, como por exemplo, o Programa Saúde na Escola (PSE) que é uma estratégia intersetorial da Saúde e da Educação para promoção da saúde e educação integral, envolvendo a escola e a Atenção Primária à Saúde (APS), com vistas ao desenvolvimento da cidadania e da qualificação das políticas públicas brasileiras. Entre as temáticas abordadas que envolvem a saúde de adolescentes e jovens, a prevenção da gravidez na adolescência é pauta prioritária. O programa foi instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007.

Discussão

Como visto anteriormente, as vulnerabilidades no âmbito da infância e adolescência contribuem para situações que poderão provocar riscos para a saúde dessas jovens, principalmente relacionado a descobertas e curiosidades sobre a sexualidade. Pela baixa educação em saúde em que essas jovens têm, se tornam mais propensas e vulneráveis a realizar uma prática sexual insegura, sem seus devidos cuidados e proteções, o que futuramente poderá acarretar em possíveis doenças e até mesmo em uma gravidez precoce, sendo de grande risco pela imaturidade física e mental dessas meninas.

É de extrema importância compreender como e porque essas vulnerabilidades afetam a vida de muitas crianças e adolescentes nos dias atuais, pois a partir desse contexto linhas de raciocínio e cuidados por parte de ações do governo podem ser traçados para que essas fragilidades sejam cada vez mais diminuídas, resultando em uma queda no número de novos casos de gestações precoces e de riscos.

Por mais que existam ações do governo para a prevenção de gravidez precoce, o número ainda se mantém em patamares altos, o que ainda sustenta a ideia de que a gestação precoce continua sendo um problema de saúde pública e que necessita de ações mais concretas para a redução desses altos índices. Se estudos apontam que 90% das jovens tem acesso e conhecimento sobre métodos contraceptivos e ainda continuam engravidando, concluímos que as ações de prevenção a gravidez precoce não estão sendo eficazes e suficientes para a redução desses números.

Considerações finais

A gestação na infância e na adolescência é um problema que necessita ser abordado tanto pelas entidades governamentais, quanto pelas famílias, sendo o ambiente familiar o ponto de partida de desenvolvimento e socialização da criança e do adolescente, no qual tem papel primordial inclusive na orientação sexual saudável e proteção à saúde.

Acerca das pesquisas pode-se observar taxas preocupantes de gravidez na infância e adolescência, que por sua vez, estão associadas as vulnerabilidades sociais presentes, em questão, nesse grupo de jovens estudado, possibilitando então, o aumento de casos anuais. O estudo apresentado procura mostrar quais são as vulnerabilidades e riscos que estão associados em uma gravidez nessas condições, além das consequências geradas na vida dessas mães e como interferirem na vida acadêmica e profissional dessas jovens.

Evidenciou-se, também, que não há políticas públicas específicas para solucionar a questão da gestação na adolescência e que apoiem essas gestantes menores, tornando essa fase mais dura e menos confortável em meio a toda essa situação em que estão envolvidas. Há apenas programas de prevenção, onde sustentam uma tentativa de redução dos números de gestações entre as crianças e adolescentes, realizadas através de ações do Programa Estratégia de Saúde da Família.

Conclui-se então, que as vulnerabilidades sociais estão intimamente ligadas a gestação na infância e na adolescência, sejam elas financeiras, educacionais, psicológicas, socioeconômicas, mentais e/ou sociais que acabam agravando a situação dessas jovens.

Referência

- Albuquerque, C. 2019. *Gravidez na adolescência reduz a probabilidade de trabalho formal e rendimentos de mulheres. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ)*. Disponível em: <https://www.esalq.usp.br/banco-de-noticias/gravidez-na-adolesc%C3%Aancia-reduz-probabilidade-de-trabalho-formal-e-rendimentos-de-0>
- Almeida, Maria da Conceição Chagas de et al. Uso de contracepção por adolescentes de escolas públicas na Bahia. *Revista de Saúde Pública* [online]. 2003, v. 37, n. 5 [Acessado 31 Maio 2021], pp. 566-575. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/bDGBr5ZhxXNTdRLShZ8Xnpf/abstract/?lang=pt#ModalArticles>
- Arengheri, S. 2016. Depressão pós-parto influencia no abandono precoce do aleitamento, mostra estudo. *Jornal da USP*. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-da-saude/depressao-pos-parto-influencia-no-abandono-precoce-do-aleitamento-mostra-estudo/>
- Barros, B. D. S., Kuschnir, M. C. M. C., Bloch, K. V., & Silva, T. L. N. D. 2019. ERICA: idade da menarca e sua associação com o estado nutricional. *Jornal de Pediatria*, 95, 106-111.
- Biblioteca Virtual em Saúde. 2020. *Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência*. Disponível em: <http://bvs.saude.gov.br/ultimas-noticias/3123-01-a-08-02-semana-nacional-de-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia>. Acesso em: 13 mai. 2021
- Coutinho, E. D. C., Silva, C. B. D., Chaves, C. M. B., Nelas, P. A. B., Parreira, V. B. C., Amaral, M. O., & Duarte, J. C. 2014. Gravidez e parto: O que muda no estilo de vida das mulheres que se tornam mães? *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48, 17-24.
- Dias, A. C. G., & Teixeira, M. A. P. 2010. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. *Paidéia*, 20(45), 123-131.
- Fonseca, F. F., Sena, R. K. R., Santos, R. L. A. D., Dias, O. V., & Costa, S. D. M. 2013. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. *Revista Paulista de Pediatria*, 31, 258-264.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. 2010. *Gravidez na adolescência: impacto na vida das famílias e das adolescentes e jovens mulheres*. São Paulo, SP: IBGE.
- Maranhão, T. A., Sales, S. D. S., Pereira, M. L. D., Cordeiro, L. I., & Sousa, C. S. P. D. (2018). Atitudes e reações familiares e sociais diante da gravidez na adolescência. *Revista de enfermagem UFPE*, 840-848.
- Ministério da Saúde. 2020a. *Prevenção de gravidez na adolescência é tema de campanha nacional*. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46276-prevencao-de-gravidez-na-adolescencia-e-tema-de-campanha-nacional#:~:text=Estudo%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Pan%2DAmericana,e%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20maior>. Acesso em: 13 mai. 2021.
- Ministério da Saúde. 2020b. *Gravidez na adolescência: impacto na vida das famílias e das adolescentes e jovens mulheres*. São Paulo. 2020 [acessado em 15 de abril de 2021]. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/informe/Informativo%20Gravidez%20adolesc%C3%Aancia%20final.pdf.
- Picanço, M. R. A. 2015. *Gravidez na Adolescência*. Disponível em: <http://residenciapediatrica.com.br/detalhes/165/gravidez-na-adolescencia>. Acesso em: 20 mai 2020.

- Presidência da República. 2007. *Decreto nº 6286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências.* [S. l.], 5 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm
- Presidência da República. 2019. *Lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019. Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.* [S. l.], 3 jan. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13798.htm
- Santos, A. P. 2020. *Vulnerabilidade Social: o que significa esse conceito?* [site]. São Paulo, SP: Politize!. Disponível em: <https://www.politize.com.br/vulnerabilidade-social/>. Acesso em: 5 abr. 2021.
- Secretária de Atenção à Saúde (BR). Governo Federal realiza segunda edição da Campanha Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. São Paulo. 2021 [acessado em 12 de maio de 2021]. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/11117>.

Minicurriculo

- Anderson Asscherer.** Professor do curso de Enfermagem da Universidade Anhembi Morumbi.
- Giovanna Montoni.** Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Anhembi Morumbi.
- Julia Beira Pinheiro.** Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Anhembi Morumbi.
- Melissa Sarilho Faustino Tenneriello.** Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Anhembi Morumbi.
- Mariane Cristina da Costa Lima.** Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Anhembi Morumbi.
- Paloma Arcas Farré.** Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Anhembi Morumbi.

Como citar: Asscherer, A., Montoni, G., Pinheiro, J.B., Tenneriello, M.S.F., Lima, M.C.C., & Farré, P.A. 2021. Gestação na infância e na adolescência de pessoas em situação de vulnerabilidade social. *PubSaúde*, 8, a221. DOI: <https://dx.doi.org/10.31533/pubsau8.a221>

Recebido: 20 jul. 2021.

Revisado e aceito: 25 nov. 2021.

Conflito de interesse: os autores declaram, em relação aos produtos e companhias descritos nesse artigo, não ter interesses associativos, comerciais, de propriedade ou financeiros que representem conflito de interesse.

Licenciamento: Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4.0).